



III SRCCC
Seminário Regional
Comércio, Consumo e Cultura
nas cidades
Sobral-CE, 19 a 22 de junho de 2017

FEIRAS LIVRES REGIONAIS: ESTUDO DE CASO A CERCA DAS TRANSFORMAÇÕES COMERCIAIS NA FEIRA DE SUMÉ-PB

Gustavo dos Santos Costa¹
Lincoln da Silva Diniz²

RESUMO

Historicamente, a Feira Central de Sumé acompanhou diversas transformações econômicas, sociais e políticas que refletiram em sua dinâmica interna. A mais recente e impactante delas foi à intervenção do poder público, através do processo de relocação da mesma, sendo transferida do centro comercial tradicional para a periferia da cidade. Tal ação resultou em diversas modificações, agravando o processo de decadência da respectiva feira livre. A referida feira ainda possui um importante papel na economia local e regional, em decorrência de sua própria dinâmica de distribuição da produção local e as técnicas arcaicas de transporte e armazenagem que necessita de vasta mão-de-obra, chegando a empregar diretamente mais de 700 pessoas na década de 1980. Dessa forma, o respectivo estudo busca fazer uma análise da influência desta feira na formação da cidade e no desenvolvimento da economia local e regional. A questão das ressignificações do centro comercial também faz parte desta pesquisa. Todavia, as análises abarcarão outras esferas, além da econômica, objetivando compreender de que forma ela contribuiu para a produção do centro comercial no imaginário dos habitantes. Para viabilizar esta pesquisa, a metodologia utilizada será de cunho qualitativo, onde serão empregadas técnicas de pesquisa científica para melhor investigar o caso.

Palavras-chave: Relocação da feira; Intervenção do Estado; Centro comercial; Ressignificação.

1 INTRODUÇÃO

As feiras são formas de comércio que surgiram na Europa ainda na idade média, bem como em outras partes do mundo, entretanto, se ressignificaram ao longo do tempo, apropriando-se de novas simbologias e intencionalidades, adaptando-se às transformações sociais e culturais. De acordo com Galdino Dantas (2008), no Brasil há registros das primeiras feiras em algumas cidades do Nordeste, como Feira de Santana e da Vila do Conde na capitania da Bahia; de Goiana e Itabaianinha, na capitania de Pernambuco, entre outras, ainda no século XVI. Contudo, as primeiras feiras livres brasileiras já possuíam características distintas de sua morfologia de origem e algumas destas características, referindo-se a organização, dinâmica e as relações vendedor e cliente permanece até os dias atuais, no entanto é fato de que devido ao surgimento constante de novas necessidades de consumo, as mesmas foram e são forçadas a se transformarem.

De acordo com Galdino Dantas (2008), o surgimento das cidades no interior do Nordeste é caracterizado por, na maioria dos casos, ter sofrido influências de atividades comerciais. Essas

¹Graduando do Curso de Geografia da Universidade de Campina Grande, Campus de Campina Grande, e-mail: costagustavo632@gmail.com

²Prof. Dr. da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Campina Grande, e-mail: lincoln.ufcg@gmail.com

referidas atividades se resumem, basicamente, as feiras livres. Pois fora a principal instituição e mais predominante para sediar as relações comerciais no Nordeste Brasileiro entre os séculos XVII e metade do século XX. Dessa forma, desenvolveu-se nas aglomerações a função comercial, mesmo sendo periódica, e a partir desta função surgem outras, concentrando recursos e capital. Assim, as pequenas aglomerações (simples vilas) se classificam como localidades centrais. A partir do momento em que essas aglomerações tornam-se o espaço mais adequado para a acumulação do capital, estimulam a migração campo-cidade, pois, simultaneamente, cria-se o estereótipo que as melhores condições de vida se encontram na cidade.

Conforme aponta Corrêa (1989), em decorrência do aumento do êxodo rural no interior do Nordeste brasileiro, nos últimos cinquenta anos, cujo fator já fora esclarecido no parágrafo anterior, algumas localidades centrais no interior do Nordeste tenderam a se desenvolver economicamente, por diversas causas. Entre elas às prestações de serviços, incentivos do Estado, surgimento de instituições estatais e a criação de reservatórios de água e outros programas governamentais de obras “contra a seca” que, estimularam a economia e a divisão social do trabalho. No entanto, os principais instrumentos de consumo que marcavam o desenvolvimento não haviam chegado a muitas dessas localidades. Assim tinham as formas de comércio tradicional, como as feiras livres, mercearias e bodegas como o principal meio para o escoamento dos produtos locais e a distribuição de mercadorias de outras localidades (DINIZ, 2011).

Por outro lado, após a segunda guerra mundial, em decorrência dos avanços da globalização, acompanhado do processo de homogeneização dos gostos e dos costumes que adentraram o Brasil e caracterizaram a época, houve um considerado desenvolvimento das novas formas de comércio. De acordo com Fonseca (2014), essas novas formas de comércio reforçadas pelo discurso da modernidade iniciaram sua expansão nas maiores cidades interiorana do Nordeste a partir das últimas três décadas do século XX e, nas menores uma década mais tarde. No entanto, o centro comercial destas cidades começou a sediar conflitos territoriais e processos de desterritorialização.

De acordo com Vilaça (2001), todo espaço urbano está sujeito a conflitos que, já fazem parte da essência das cidades. As desavenças entre as tradicionais e as novas formas de comércio, se expressaram de diversos modos no espaço urbano das cidades. No caso específico da sede municipal de Sumé¹, cidade que, como diversas outras reúne todos os pressupostos que foram levantados

¹Sumé está localizada na parte extrema do Cariri Ocidental Paraibano, próximo a divisa com o estado de Pernambuco, como podemos ver na figura 01, entre as coordenadas latitude 7°40' 13" s e longitude 36°52' 58" w, possuindo uma extensão territorial de 838,071 km², com uma população entorno de 16.800 habitantes e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,627. A vegetação predominante é a caatinga xerófila, com floresta caducifoliadas. O produto interno do município atingiu R\$ 66.237,574 mil (IBGE, 2008), distribuídos entre os setores de serviço, agropecuária e indústria. Desde o início do povoamento, sua feira já exercia influência nas cidades ao seu entorno, desse modo, tornou-se uma

anteriormente, perpassou por diversas transformações em decorrência da inserção dos novos modos de atividades comerciais, enfrentando notáveis modificações na dinâmica de seu centro comercial, especificamente no espaço de sua feira, na qual, atualmente, encontra-se em crise. A partir do respectivo caso, esta pesquisa, ainda em execução, adentrará na discussão a respeito do notório processo de decadência das feiras tradicionais do interior Nordestino e a importância destas feiras para as cidades interioranas.

2 O PAPEL DA FEIRA LIVRE NA FORMAÇÃO GEO-HISTÓRICA DA SEDE MUNICIPAL DE SUMÉ

A cidade de Sumé possui um papel importante na comercialização e no abastecimento na Microrregião do Cariri Ocidental no Estado da Paraíba. Enquanto localidade central neste espaço, esta cidade foi “beneficiada” pela sua localização, uma vez que esta é cruzada pela BR 412, principal via rodoviária de acesso a esta microrregião paraibana.

No que se refere às origens de Sumé, conforme descreve Joffily (1888), no final do século XIX a então Vila de São Tomé (atual cidade de Sumé), era composta por poucas casas, somente uma rua. No entanto, era caracterizada por sua função comercial, já que sediava uma feira semanal que reunia mercadorias, vendedores e fregueses de diversas localidades vizinhas, não só para estabelecer relações comerciais, mas para trocar informações e usufruir dos bens e dos serviços encontrados na mesma. Aponta Silva (2011) que, a população da pequena vila era muito humilde e vivia da agricultura e pecuária para subsistência, produzindo pouco excedente, apenas o básico para suprir as necessidades.

Algumas fotografias e relatos encontrados mostram que na Vila de São Tomé, entre os dois conjuntos de casas enfileiradas uma ao lado da outra que resumia a paisagem da mesma, havia um largo, como podemos ver nas Figuras 1 e 2. Este largo foi um espaço destinado à chamada “Feira Central” da localidade. No entanto, este espaço também possuía outras funções, era destinado às celebrações religiosas ou outras atividades.

indispensável fonte de renda para a ainda Vila São Tomé, ressaltando que há moradores que defendam a feira livre como o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento de Sumé, porém, não há registros históricos.



Figura 1: Registro da Feira central (1930)

Fonte: Acervo de Sonielson Silva

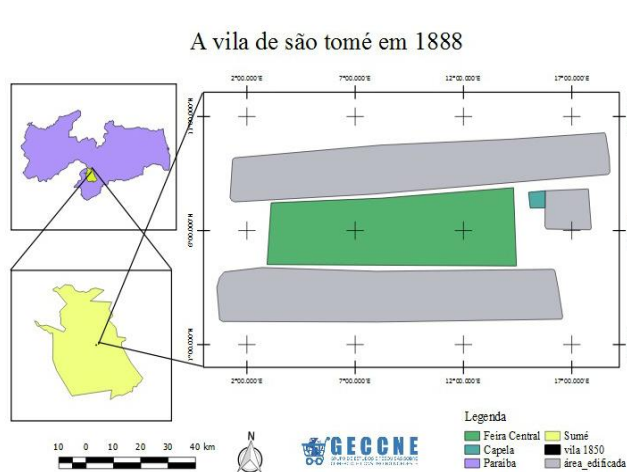


Figura 2: Representação da configuração da localidade em 1888 (2016)

Fonte: COSTA, 2016.

A instalação da primeira mercearia é um marco importante nesta feira, pois expressa o nível de cultura urbana que se encontrava na localidade. Porque mesmo as mercearias sendo classificadas como tradicionais formas de comércio, ao contrário das feiras livres, elas são fixas e só podem ser instaladas quando há um considerável surgimento de novas necessidades de consumo. Segundo Silva, estes comércios nas feiras locais da época, reforçavam o dinamismo comercial, pois para o autor: “[...] a mercearia também vendia sabão, velas e outros apetrechos domésticos, não faltando o fumo nem o vinho. Tinha ainda o famoso óleo de mutumba cuja propaganda o indicava combater a caspa e a queda de cabelo, visto que hidratava, dava brilho e favorecia o crescimento capilar”. (SÍLVA, 2011, p. 46)

O referido proprietário do empreendimento, além de empreendedor tinha a função de intermediador-atacadista entre os produtores e muitos feirantes, isso ocorreu pelo fato do mesmo possuir um caminhão. “o motorista de caminhão tem essencialmente duas funções: pode ser exclusivamente transportador, a serviço das casas atacadistas ou pode ser comerciante” (SANTOS, 2004, p.227). De acordo com Santos (2004), o motorista de caminhão é uma figura importante para o pequeno comércio e os pequenos produtores, pois eles se encarregam de intermediar os sujeitos.

O intermediador, essencialmente, possui uma postura de atacadista, até pelo fato de deter capital para investimento, dessa forma, possibilita maior capacidade de estoque para abastecer por maior tempo e espaço pequenos comerciantes locais. No caso de Sumé, o Sr. Antonio de França ficou conhecido por prestar estes serviços, assim muitos feirantes locais foram intermediados por estes sujeitos. Contudo, em decorrência da falta de articulações e de concorrência, os donos de caminhão cobravam um pouco caro por seus serviços, refletindo assim nos valores de troca das mercadorias. O fato de que as mercadorias comercializadas na feira central possuíam preços superiores comparadas a

outras da região², motivou a população de localidades vizinhas a se deslocarem para outros centros comerciais como a cidade de Monteiro³, levando ao enfraquecimento do comercial local.

Na metade do século XX, ocorreu à emancipação política do Município de Sumé, consequência de muitos anos de luta. Com a convocação do primeiro prefeito, surge a “necessidade” da cidade se modernizar e adaptar-se ao desenvolvimento, dessa forma, conforme descreve Silva (2011), após dois anos de emancipação política, fundamentada na revolução urbana que ocorreu na cidade de Campina Grande entre as últimas décadas de 1930 e 40, era “preciso planejar” a expansão urbana antes que a espontaneidade trouxesse diversos problemas. Com isso, o prefeito da época, Zé Farias enviou:

[...] para apreciação do legislativo uma relação de propósitos. Uma grande avenida teria que margear a rodovia que descia da serra e passava ao largo da velha “Rua Nova”. Ali, em uma espécie de bulevar, os prédios públicos deveriam ser abrigados em um aprazível corredor arborizado, cujos passeios convergissem para a grande e não menos agradável praça.

Dentro do projeto de planejamento urbano arquitetado para Sumé, como fora descrito anteriormente, havia um espaço destinado à feira municipal, já que um dos pressupostos era higienização. Havia a necessidade de fiscalizar e manter o controle sobre as mercadorias. Entretanto, além das iniciativas de higienização, “o Mercado Público foi planejado para facilitar o combate e o controle [...] das especulações inescrupulosas dos feirantes” (SÍLVA, 2011, p. 86). Dessa forma, um dos propósitos do mercado público era adequar e inserir os comerciantes informais no discurso da modernidade, fazendo com que a Feira Central se fortalecesse, agora com nova imagem, preços e concorrência, porém, com os mesmos ideais (Figura 3).

²De acordo Corrêa (1989), tratando-se das pequenas e médias localidades centrais, para realizar uma análise da interação campo-cidade é necessário considerar, além das comunidades rurais, as menores aglomerações ou pequenas localidades centrais.

³ Enquanto centro de serviços comerciais e educacionais, Monteiro constitui outro importante município paraibano localizado na Microrregião do Cariri Ocidental.



Figura 3: Registros das primeiras construções da Av. 1º de abril.

Fonte: Acervo de Sonielson Silva.

3 O Perímetro irrigado e o surgimento das novas formas comerciais

A localização da cidade de Sumé (Figura 4) favoreceu a instalação de algumas instituições, como o Departamento de Obras Contra a Seca (DNOCS) e o Departamento de Estradas e Rodagens (DER) que, unidos contribuíram para “o sonho do desenvolvimento e modernização que Sumé viveu nos anos 70 [...]” (MENDONÇA, 2010, p.21). Este sonho que Mendonça (2010) menciona, refere-se à instalação do PIS⁴ que, proporcionou condições para o desenvolvimento e ampliação da agricultura local, dessa forma, a população sumeense viveu o que Mendonça (2010) chamou de miragem, devido à falta de planejamento, metodologias arcaicas e a própria filosofia de combate à seca o Perímetro Irrigado não era sustentável, muito menos adaptado a problemática do semiárido assim durando muito menos do que o tempo previsto, no entanto, é fato de durante esse período houve um significativo desenvolvimento econômico e uma explosão no êxodo rural que, resultou na expansão da malha urbana.

⁴ “O (PIS) [...] Perímetro Irrigado de Sumé, [...] como outros perímetros irrigados, foi criado como parte de um programa de governo que visava, de um lado, examinar a viabilidade da irrigação como “solução” para o desenvolvimento da zona semiárida, através do fomento à agricultura irrigada; de outro lado, fixar famílias agricultoras nas áreas menos desenvolvidas e criar uma classe média rural.” (MENDONÇA, 2010, p.6)

Representação do Cariri Ocidental

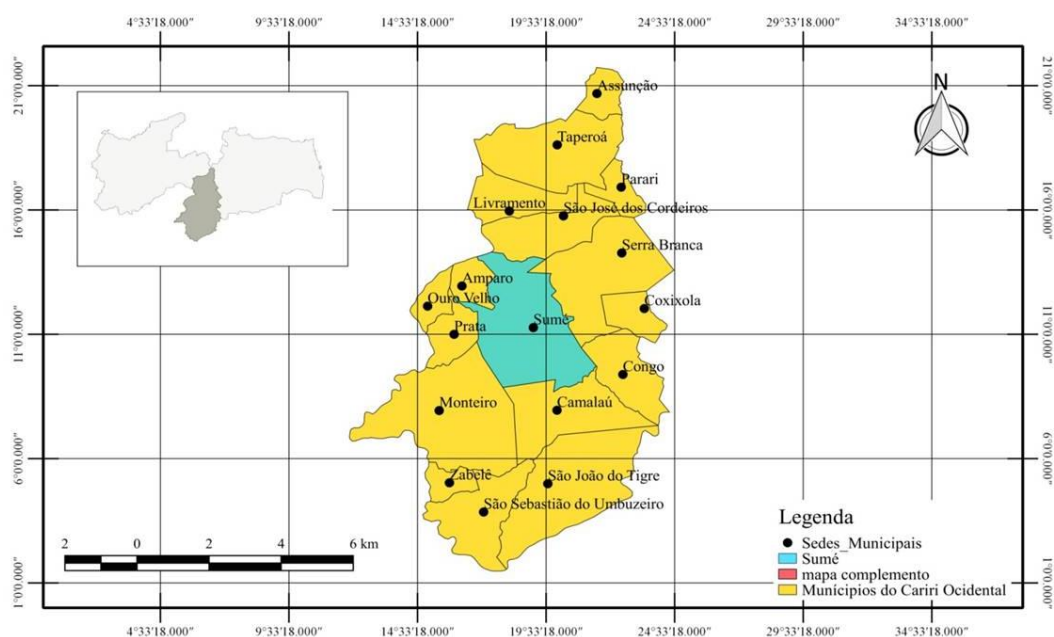


Figura 4: Representação do Cariri Ocidental: identificando a centralidade do município de Sumé.
Fonte: Próprio autor (2016)

Entre as décadas de 1970 e 90 a Feira de Sumé esteve no seu momento de maior amplitude, isso pode ser explicado pelo êxodo rural que, resulta no crescimento da população urbana. Pois, de acordo com Lefebvre (2001) o consumo está na essência da sociedade urbana e a mesma se caracteriza por possuir maiores necessidades de consumo, desse modo, fomentando o desenvolvimento e ampliação das atividades comerciais presentes, atraindo as novas formas de comércio. Aponta SANTOS (2004, p. 332) que:

As cidades locais nascem ou desenvolvem-se como uma resposta as novas necessidades, principalmente no domínio do consumo; elas constituem o nível mais baixo, o limiar que permite a uma aglomeração satisfazer as demandas gerais mínimas de uma população.

Em consequência do perímetro irrigado, grande parte da zona rural do município de Sumé foi tomada pela monocultura do tomate. Em alguns casos o cultivo da banana foi dominante, não ocasionando uma diversidade na produção. Tal fato contribuiu para o aumento da procura por mais mercadorias na cidade.

O aumento gradativo do consumo no Município de Sumé entre as décadas de 1970 e final de 80, permitiu o desenvolvimento de alguns estabelecimentos já existentes e o aparecimento de novas formas de comércio. Paralelo ao desenvolvimento econômico do município, a década de 1980 foi marcada por uma enorme regressão econômica, sendo denominada, posteriormente, de década

perdida devido à crise econômica vivenciada no Brasil neste período (FONSECA, 2014). Dessa forma, o município recebeu muita atenção e foi alvo de migrações e investimentos. De acordo com Juvino (2011), pequenas mercearias logo se tornaram supermercados e a cidade se enfeitou de restaurantes, bares, postos de gasolina, cinema, entre outros serviços.

Os referidos acontecimentos influenciaram a expansão da Feira de Sumé na década de 80, fazendo com que a mesma possuísse uma forte influência na região. Reunindo comerciantes de diversas localidades da Paraíba e até do Estado de Pernambuco (NECO, 2013). No entanto, outros fatores influenciaram o aumento do desenvolvimento desta feira e, principalmente, o surgimento das novas formas de comércio, como assegura Fonseca:

[...] diz respeito ao surgimento de dois instrumentos que são frutos da indústria de bens duráveis e da siderurgia nacional instalada no Brasil ao final dos anos 50 do século XX: os eletroeletrônicos e a indústria automobilística. Ambos favoreceram a expansão das [novas formas de comércio]. (FONSECA, 2014, p.157)

A expansão dos automóveis no Cariri Paraibano, de certa forma, foi tardia. Em parte só foi possível através do perímetro irrigado que contou com as contribuições do DER (Departamento de Estradas e Rodagens) que construiu e ampliou estradas para o tráfego dos caminhões que trafegavam com mercadorias produzidas nas instalações do Perímetro Irrigado. Por outro lado, contribuiu para a expansão da Feira de Sumé, pois diminuía de forma considerável com o tempo mínimo para o transporte de mercadorias e pessoas. Assim possibilitava a integração de todas as cidades circunvizinhas que, associado aos refrigeradores, facilitava o consumo de produtos mais frágeis e em maior quantidade. Por sua vez, a popularização dos eletroeletrônicos teve pontos negativos para as feiras livres, pois os mesmos eram recheados de todo um discurso da modernidade, e os programas de TV estimulam um consumo preso às formas comerciais mais recentes, servindo de meio para as transformações culturais. Para Corrêa, os mercados periódicos como as feiras livres só permanecem por valores culturais. Expressa o autor: “Os mercados periódicos [atualmente] existem em razão de padrões culturais que persistem em áreas onde as condições econômicas possibilitariam uma localização fixa dos comerciantes”. (CORRÊA, 1989, p.36)

Contudo, os lucros obtidos durante o curto período do perímetro, mesmo sendo satisfatórios foram concentrados, é fato de que indiretamente todo o município se beneficiou, porém, de uma parcela muito pequena de todo capital que havia circulado. Como relata Mendonça (2010) e Silva (2011), entre as décadas de 1970 e 80 houve alguns saques na feira de Sumé. Estes saques se distinguem das demais atitudes criminosas porque foram realizados por bandos de 20 a 30 pessoas

que furtavam apenas comida. Estes possuíam perfil e razão em comum, eram todos agricultores, pais de famílias, e “furtavam” porque nos períodos de longa estiagem não havia o mínimo para sobreviver.

A desigualdade gritante sempre procurou meios para se manifestar na sociedade urbana. De acordo com Santos (2004), a desigualdade se expressa nas formas comerciais que indivíduos utilizam para consumir as mesmas mercadorias, destacando que a classe baixa, essencialmente, devido às condições de pagamentos, preços e cultura utilizam o circuito inferior, pois “[...] as relações que se estabelecem entre vendedor e comprador fazem com os preços variar num curto período” (SANTOS, 2004, p. 248), essa instabilidade intencional dos valores das mercadorias são interessantes para uma população relativamente pobre e até a classe média. Assim, no fim do século XX, o espaço comercial de Sumé encontrava-se dividido entre duas formas comerciais, a dos que se beneficiaram dos vinte anos de desenvolvimento “fictício”⁵ e os que foram excluídos dos benefícios.

4 PROCESSO DE RELOCAMENTO DA FEIRA CENTRAL DE SUMÉ

Durante toda a segunda metade do século XX, após a construção do Mercado Público em 1953, a feira do município de Sumé se consolidou como a principal instituição destinada à distribuição de mercadorias do gênero alimentício do município e de sua região de influência. Dessa forma, caracterizando todo o espaço no entorno do Mercado Público como área destinada às relações comerciais. A partir daí, construiu de modo gradativo no imaginário da população o Centro Comercial da cidade, produzindo o espaço comercial que, de acordo com a demanda, se materializou na instalação de lojas, bancos entre outros empreendimentos que em poucas décadas ressignificaram integralmente o referido espaço.

O aumento do consumo, conseqüentemente, resultou no surgimento de outras formas de estabelecer relações comerciais, associadas ao desenvolvimento e expansão da feira trouxeram novos elementos para a paisagem urbana. Durante os dias de feira a paisagem do centro da cidade era marcada por uma intensa heterogeneidade de cores, formas, cheiros e sons. De acordo com Lefebvre (2001), esta heterogeneidade está longe de ser algo incomum do espaço urbano, pois “o urbano se define como lugar onde as diferenças são conhecidas, reconhecidas e postas à prova” (LEFEBVRE, 2001, p.90).

No entanto, a pluralidade de formas, que transformavam as dinâmicas urbanas uma vez por semana, acompanhada da falta de planejamento urbano, de responsabilidade do poder público, trouxeram alguns transtornos. A área do centro comercial onde a feira se instalava começou a receber

⁵ “Iniciado por volta de 1955, em um momento de expansão capitalista, o discurso do desenvolvimento mostrou que não passam decorridos mais de trinta anos, de uma ideologia justificadora da internacionalização do capital.” (CORRÊA, 1989, p.66)

algumas taxações, como: desorganizado, imundo, mal-cheiroso além das críticas à estrutura do Mercado Público Municipal que foram disseminadas. Os referidos comentários começaram a incomodar o poder público que, logo se apropriou da insatisfação de alguns poucos para tomar algumas atitudes impopulares, a principal delas decorre da criação do projeto de “revitalização” do Mercado Público Municipal (Neco, 2013).

No final do século XX, fora desenvolvido o projeto de revitalização da Feira Central de Sumé com a justificativa de que o mercado público da época estava com sua estrutura comprometida, colocando a população em risco. Mas, a proposta não era de reforma e sim de construção de um novo Mercado Público com uma estrutura maior e mais moderna. Porém, o recinto se localizaria na periferia da zona urbana de Sumé, a cerca de 400 metros do então Mercado Público. Sua localização geográfica era invejada, pois se localizava a margem da avenida 1º de Abril, em frente à única agência do Banco do Brasil no município, onde se encontra o metro quadrado mais caro da cidade (Figuras 5 e 6).

Cientes das eminentes perdas, muitos os feirantes não concordavam com esta relocação. Entretanto, não foram respeitados. Sem alternativa, tiveram que se transferir para o chamado “Mercado Novo”. Gradativamente foram se iludindo com o discurso da modernidade e se encantaram com estrutura gigantesca do novo Mercado Público, mas não imaginavam os inúmeros problemas que viriam logo em seguida. Contudo, de acordo com NECO (2013, p.18), a intervenção do poder público estava repleta de intencionalidades, pois:

[...] a feira está localizada duas quadras acima o que fez a feira perder clientela para os mercados formais que ocuparam aquele espaço de melhor localização geográfica e de valor cultural inimaginável, e super valorizado economicamente por ser a área de metro quadrado mais caro da cidade.



Figura 5: O “Novo Mercado” Público de Sumé(2015)
Fonte:Costa, 2016.

Representação do espaço ocupado pela Feira Central

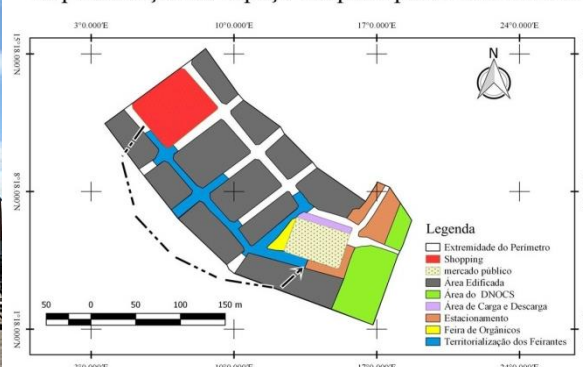


Figura 6:Representação da relocação da Feira Central
Fonte: Costa, 2016.

De acordo com NEWS PB (2017), um dos blogs mais populares de Sumé, a divulgação da construção do Shopping em Sumé surgiu em 2010, cuja primeira aparição estava exposta a imagem do projeto e algumas considerações sobre os benefícios que o mesmo traria. Em seguida, instalado no centro da cidade um enorme outdoor, expondo o slogan da construção: “A modernidade chega ao Cariri Paraibano”. A imagem causava espanto nos habitantes mais conservadores, mas para os jovens era sinônimo de inovação. Atualmente, as obras deste novo espaço comercial estão próximas da sua conclusão previstas para o meio do respectivo ano. Conforme relata o blog Agora (2017), o recito possuirá:

O shopping terá pavimento inferior e superior com 53 lojas no total, 55 vagas para estacionamento, duas praças de alimentação, banheiros e dois elevadores. [...] contando com o trabalho de 30 homens [...] na construção, [...] fazendo hora-extra para que o shopping possa ser entregue aos sumeenses antes do prazo previsto no contrato, que é de um ano. (Agora, 2017)



Figura 7: Término da construção do Shopping de Sumé (2016)

Fonte: Blog Jr independente (2016)

5 Algumas Considerações

As iniciativas de requalificação de feiras livres, nas quais Sumé seguiu, surgiram a partir de cobranças de municípios com o propósito de aquecer as relações socioeconômicas de suas respectivas feiras que se encontravam em decadência. Entretanto, a Feira de Sumé não se encaixava nas premissas que justificavam o projeto de requalificação, pois esta não se encontrava mais em ascensão, como na década nas de 1970 a 90. Porém, se mantinha muito ativa. Nas palavras de um feirante local: “A gente vendia tudo que trazia”, diz seu João, feirante a mais de trinta anos. O mesmo

alega que nunca presenciou, tão pouco ouviu relatos de um momento tão crítico no comércio local como atualmente, após a relocação para o novo Mercado Público.

De fato, o processo de relocação ou revitalização das feiras livres, no qual a Feira de Sumé perpassou no início do século XXI foi bem “arquitetado”. Recebeu apoio da principal instituição estatal especializada no planejamento comercial de atividades autônomas, o SEBRAE (2012). Assim, enriquecendo seu discurso e imagem.

De acordo com o SEBRAE (2012, p. 9) a revitalização das feiras livres tem como objetivo “organizar as feiras e oferecer um ambiente melhor tanto para os feirantes quanto para os clientes”. O objetivo resumiu-se em modernizar esses espaços, padronizando as barracas, estabelecendo normas de higiene, ofertando cursos aos comerciantes, entre outras diretrizes.

De acordo com Fonseca (2014), desde a idade média há registro de conflitos entre os comerciantes de estabelecimentos fixos e ambulantes ou comerciantes do mercado periódico. Basicamente, esses conflitos surgiam do fato que os fixos pagavam impostos diretamente e os comerciantes do mercado periódico não. No entanto, de acordo com Santos (2004), o espaço comercial dos países subdesenvolvidos se dividiu para além dos que pagam impostos e os que não pagam. Mostrando que há dois Circuitos da economia dos países subdesenvolvidos, e os conflitos entre comerciantes passam a ser vistos a partir desta perspectiva.

No caso do Centro comercial de Sumé, constata-se que o processo relocação da tradicional feira foi consequência desses conflitos, já que em decorrência de sua centralidade, a esta até o início do século XXI se destacava pela popularidade. Mas seu destaque não permitia que as novas formas comerciais que comercializavam as mesmas mercadorias não se desenvolvessem na cidade. As novas formas de comércio, ao contrário dos feirantes, tinham o apoio do Estado, intermediadas pelo governo municipal, e assim, foi possível relocar os feirantes, deixando todo centro comercial livre para as novas atividades. Sobre a atuação do Estado, Santos afirma que:

Os serviços disseminados pelo Estado através do país induzem novas atividades montantes (frequentemente modernas) [dessa forma] O Estado modernizador aparece, portanto, como uma condição fundamental da criação e do fortalecimento das atividades modernas e das formas monopolísticas de atividade. (SANTOS, 2004, p. 280)

Aponta Vilaça (2001) que, “[...] uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, aperfeiçoando-os às suas exigências funcionais [...] Criam-se Sítios Sociais”. Estes lugares reúnem as melhores condições para desenvolver as atividades comerciais, devido o fácil acesso, a concentração de serviços e a circulação de capital e pessoas. No entanto, atualmente o mercado cria tendências para o espaço urbano que estão de par com suas

intencionalidades, buscando dominar estes espaços com grandes potencialidades. O objetivo é concentrar todo o capital e segregar estes espaços, que muitas vezes compreendemos como centros comerciais com apoio de iniciativas do Estado, uma vez que:

O mecanismo de mercado (no caso, o mercado imobiliário) [as filiais de grandes empresas, as redes de Supermercados, enfim, as novas formas comerciais] e também o poder público, produziram assim um espaço urbano (ou uma cidade) tal que, os mais pobres acabaram ficando com as piores localizações, as de pior acessibilidade. (VILAÇA, 2003, p.3)

Lembra Neco (2013) que, alguns meses após a intervenção do poder público era possível perceber que a circulação de pessoas na feira encontrava-se em redução gradativa. Decorrido dez anos, isso já é nítido, levando à desistência de muitos e a desestímulo dos demais.

A Feira de Sumé sempre teve importância significativa para o município, inicialmente pelo escoamento da produção local, facilitando o autoconsumo na cidade (Corrêa, 1989, p.58), já nas últimas três décadas do século XX pela empregabilidade que a mesma oferecia as classes mais pobres. De certa forma, ambas estão conectadas, pois fomenta a produção e a empregabilidade no campo ou nas pequenas indústrias semi-artesanais.

Atualmente, nota-se de forma nítida que as novas formas de comércio se expandiram, em pouco tempo, para além do centro comercial da cidade. As mesmas, aos poucos estão desenvolvendo novas centralidades dentro dos bairros distantes do centro. Com a inauguração do Shopping prevista para este ano, há diversas propostas de filiais de grandes redes brasileiras se instalarem no recinto, ampliando as ressignificações postas pelos princípios da sociedade urbana, resultando na feira mais impopularidades. Tal processo mostra que de fato não fora apenas a relocação da Feira de Sumé, nem a chegada do Campus da Universidade Federal de Campina Grande ou a construção do Shopping Municipal que está fomentando tantas modificações socioculturais, e sim, as transformações nos hábitos de consumo e nas formas de sociabilidade como um todo.

As novas gerações já não se identificam com a dinâmica e as práticas tradicionais da feira supracitada. Mesmo com suas adaptações constantes que buscam acompanhar o processo modernizante, pois após a relocação da feira, a mesma se formatou de acordo com as normas exigidas pelo sistema capitalista, como o alargamento das vias de acesso; organização do espaço por setores; presença de auxiliares de limpeza; fiscalizações por parte da gerência do recinto e da secretaria de vigilância sanitária; padronização das barracas; horários de funcionamento; aprimoramento no armazenamento de mercadorias; local fixo de carga e descarga de mercadorias; presença de estacionamento, guarda de trânsito, entre outras.

Contudo, é indispensável salientar que no recinto é simples identificar junção entre as manifestações da identidade moderna, vista em sua estrutura, e os aspectos tradicionais que se mantêm persistentes nas feiras livres como o tratamento “cordial” entre comerciante e cliente; as formas de pagamento e o crédito, algumas expressões técnicas arcaicas de transporte de mercadorias e as manifestações culturais, como violeiros e emboladores de coco que, possibilitam heterogeneizar de modo artísticos os sons das diversas paisagens da localidade.

6 Referências

AGORA. Sumé: **Prefeitura acelera obra do shopping e construção gera empregos na cidade**. Disponível em: <http://www.agorapb.com.br/2016/02/sume-prefeitura-acelera-obra-do.html>. Acessado no dia 10 de Janeiro de 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. O Discurso Higienista Definindo a Cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set. 2008.

DINIZ, Lincoln da Silva Diniz. **As bodegas da cidade de Campina Grande: dinâmicas sócioespaciais do pequeno comércio**. 2ª ed. Campina Grande: EDUFPG, 2011.

FERREIRA, Álvaro. Conflitos No Espaço Urbano: Labirinto e Dialética. **Nova**, Barcelona, V. 7, núm. 270, agos. 2008.

FONSECA, Giovanna de Aquino. **O Global e o local nas feiras contemporâneas: um estudo dos impactos gerados pela globalização em feiras de Portugal e do Brasil (1986-2007)**. Campina Grande: EDUFPG, 2014.

GALDINO DANTAS, Geovany Pachelly. Feiras no Nordeste. **Mercator**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 87-101, 2008.

JOFFILY, Irineu. **Gazeta do Sertão**. Nº 10. Campina Grande, 02 de Nov de 1988.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MENDONÇA, José Ricardo Nunes. **DO OÁSIS À MIRAGEM: uma análise da trajetória do Perímetro Irrigado de Sumé - PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste**. Dissertação de (mestrado em Ciências Sociais). UFCG/CG/UACS. Campina Grande- PB, 2010.

NECO, Ivanildo Ribeiro. **A Transferência da Feira Livre de Sumé-PB e as Redefinições Territoriais da Cidade**. Monografia de (Graduação em Geografia). UEPB/CEDUC/DG. Campina Grande-PB, 2013.

NEWS PB. **Construção do shopping vai ser um divisor para a cidade de Sumé**. Disponível em: <http://rodolfonewspb.blogspot.com.br/2011/08/construcao-do-shopping-vai-ser-um.html>. Acessado no dia 10 de Janeiro de 2017.

OLIVEIRA, Alberto Rodrigues de. **História Socioeconômica das Regiões de São Vicente e Piedade: Itapetim- PB**. Recife: FIDEM, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

SEBRAE. **SEBRAE Leva Revitalização a Espaços Comerciais de Todo o País**. p. 9. N 22 .Out de 2012. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/a2c97faa6c0d11f733d80e7b503e6119/\\$File/4589.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/a2c97faa6c0d11f733d80e7b503e6119/$File/4589.pdf). Acessado no dia 10 de Janeiro de 2017.

SÍLVA, SonielsonJuvino. **Das coisas que me precederam...: Histórias da cidade de Sumé- PB**. João Pessoa: EDUFPB, 2011.

VILLAÇA, Flavio. A Segregação Urbana e a Justiça. **Ciências Criminais**, São Paulo, V. 11, nº. 44, p 341-346, julho, 2001.

_____. **A Segregação e a Estruturação do Espaço Intra- Urbano; o Caso do Recife**.Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/pirnp896.pdf>. Acesso em 06 de fev. 2017.

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 1998.

XAVIER, Ana Estela Vaz. A Revitalização do Mercado Público de Pelotas e Sua Ressignificação Social. In: **Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, 6., 2016, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Sociedade brasileira de estudos organizacionais, 2016.